

Fraga propõe agenda mínima para reduzir risco e operar transição

03 JUL 2002 VALOR ECONÔMICO

Tatiana Bautzer, Denise Neumann e Roberto Rockmann
De São Paulo

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, propôs ontem um amplo acordo entre os candidatos à Presidência da República para que o país entre numa trajetória de redução do risco-país e continue tendo o apoio internacional durante a fase de transição para um novo governo.

Fraga apelou para a necessidade de o Brasil atingir num prazo de 30 meses um nível de risco baixo, considerado de investimento ("investment grade"). Para o presidente do BC, só com o "investment grade" será possível evitar a ciclotimia e sucessivas crises pelas quais vem passando o país.

"É fundamental montar uma agenda de consenso para sair da armadilha de não ser visto como um país de baixo risco", disse. Fraga deixou claro que a partir de algumas premissas básicas seria possível atravessar a fase de transição de governo com apoio internacional. O presidente do BC concorda que, até agora, os investidores não parecem convencidos dos compromissos assumidos pela oposição. "Isso não acontece da noite para o dia, demora", disse, acrescentando que o debate está progredindo. Com a consolidação destes compromissos "podemos esperar a continuidade do apoio da comunidade internacional nesta transição".

Alguns pontos da agenda de consenso citados pelo presidente do BC já foram aceitos por todos os candidatos: o superávit primário mínimo de 3,75%, respeito às metas de inflação e aos contratos. Mas, durante o seminário "Políticas de Desenvolvimento", promovido pela Fiesp ontem em São Paulo, Fraga colocou duas novas condições: a aprovação logo no início do novo governo da independência do BC e limitações ao crescimento do gasto público, que subiu a 6% reais ao ano durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. Assim seria possível fazer uma reforma tributária mantendo o superávit primário. "Sem isso não será possível libertar a economia dos grilhões que a aprisionam hoje", disse Fraga, referindo-se aos altos níveis de risco atribuídos à economia brasileira. Esse consenso poderia tornar a transição não necessariamente tranquila, devido à tensão atual, mas pelo menos não se registrariam "preços de mercado como os atuais,

que mostram um flagrante exagero e desrespeitam o bom senso".

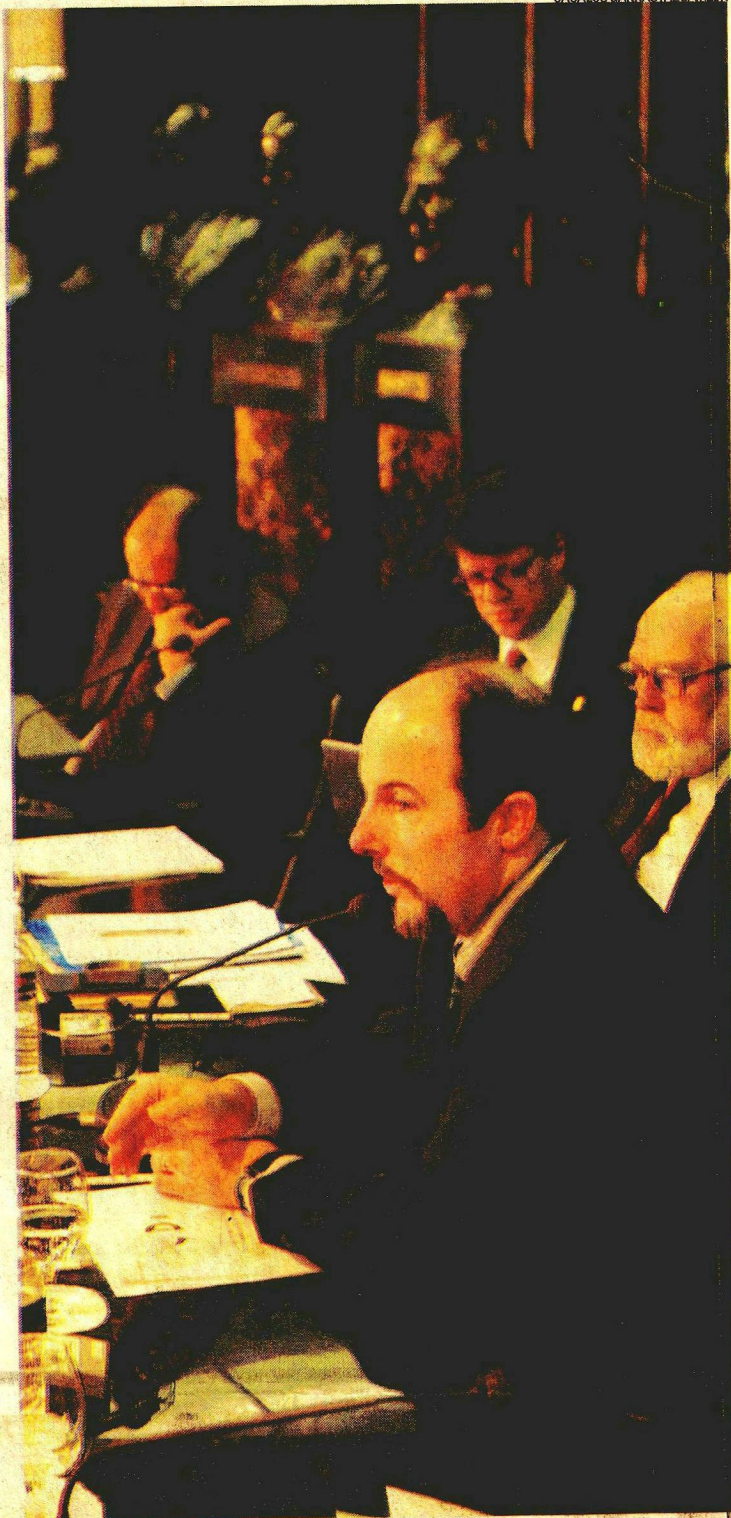
A proposta de Fraga de limitar o crescimento do gasto recebeu críticas de assessores dos candidatos de oposição presentes ao debate.

O assessor do candidato do PT, Guido Mantega, disse que Luiz Inácio Lula da Silva já assumiu compromissos em relação às premissas macroeconômicas. "Não sei mais o que fazer", afirmou. Para ele, Fraga propõe "mais do mesmo" e que esperar pelo "investment grade" não vai resolver a vulnerabilidade externa. "O que é preciso é fazer uma política agressiva de geração de superávits comerciais". Sobre a contenção de gastos, Mantega lembrou que os juros são responsáveis pelo crescimento das despesas no governo Fernando Henrique. O PT é favorável à redução da despesa com juros, mas Mantega diz que "o problema é criar condições para que isto ocorra".

Para o economista Gesner de Oliveira, agora oficialmente assessor do candidato José Serra, o importante é a demonstração de austeridade fiscal. "Há uma meta de superávit primário de 3,75% a ser cumprida e também está claro que não há mais espaço para aumentar a carga tributária. O fundamental é assegurar o superávit primário", argumentou Oliveira. Segundo ele, se a receita crescer (pelo crescimento da economia ou maior eficiência na arrecadação) e o superávit for cumprido, os gastos podem até subir para atender às demandas sociais.

Mauro Benevides Filho, assessor do candidato da Frente Trabalhista, Ciro Gomes, diz que o candidato já se comprometeu com a manutenção dos superávits primários. Mas, para assegurar crescimento da economia, o aperto fiscal será acompanhado de três medidas. A fragilidade externa será atacada com uma política agressiva de promoção de exportações e estímulo à substituição de importações. Outro ponto será a renegociação da dívida pública interna, discutindo com credores o alongamento de seus prazos, e reduzir a velocidade de sua expansão. "Vamos também fazer a reforma tributária para desonerar a produção".

O assessor de Anthony Garotinho (PSB), Tito Ryff, disse que seu candidato já se comprometeu com metas de superávit e inflação. "Mas é lamentável que só no fim de governo se sugira conter o crescimento do gasto. É engraçado achar que certos princípios são importantes, mas não tê-los aplicado", concluiu.



Para presidente do BC, Brasil precisa alcançar "investment grade" em 30 meses